

# O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL E O ENFRENTAMENTO DAS OPRESSÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO.

EL FEMINISMO NEGRO EN BRASIL Y EL  
ENFRENTAMIENTO DE LAS OPRESIONES DE  
CLASE, RAZA Y GÊNERO.

BLACK FEMINISM IN BRAZIL AND THE  
CONFRONTATION OF CLASS, RACE AND GENDER  
OPPRESSION.

---

*Ana Caroline Trindade dos SANTOS<sup>1</sup>*

---

## Resumo

O artigo trata de um apanhado geral da história do feminismo no Brasil e particulariza o surgimento do feminismo negro a partir do histórico dos movimentos sociais feministas na tentativa de apreender as correntes teóricas que direcionavam as leituras e ações políticas de homens e principalmente de mulheres que lutam contra o racismo e as opressões de gênero e classe social. Ao tratar sobre as teorias feministas e o feminismo negro é pertinente pautar o formato opressor e discriminatório das sociedades capitalistas, em que os fenótipos são utilizados para justificar atribuições de valores positivos e negativos para a inferiorização de uma raça em relação a outra, se torna compreensivo a perpetuação do racismo em ações concretas de discriminação racial envolvendo múltiplas violências expressas em guerras, genocídios, perseguição religiosa, desigualdade racial e de gênero. O que eram consideradas vozes silenciadas e corpos estigmatizados pelo racismo e sexismo se tornam ações políticas de enfrentamento as opressões demonstrando a eficácia das discussões de reconhecimento entrelaçadas por

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL; Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco. Servidora pública licenciada da Prefeitura Municipal de Aracaju/SE. E-mail: [linetrindadess@yahoo.com.br](mailto:linetrindadess@yahoo.com.br).

uma movimentação organizativa para enegrecer as pautas do Feminismo. Esse fenômeno incorpora as dimensões da política e da intelectualidade teórica no Brasil e na América Latina ao tratar as discussões de igualdade de gênero sob o prisma de referências teóricas críticas que realizam análises das dinâmicas sociais sem cair nos esquemas binários de heteronormatividade ou nas armadilhas das questões identitárias e individuais.

**Palavras-chave:** Feminismo negro. Opressões de classe. Gênero.

---

### Resumen

*El artículo trata de un recuento general de la historia del feminismo en Brasil y particulariza el surgimiento del feminismo negro a partir del histórico de los movimientos sociales feministas en el intento de aprehender las corrientes teóricas que dirigían las lecturas y acciones políticas de hombres y principalmente de mujeres que luchan contra el racismo y las opresiones de género y clase social. Al tratar sobre las teorías feministas y el feminismo negro es pertinente pautar el formato opresor y discriminatorio de las sociedades capitalistas, en que los fenotipos se utilizan para justificar atribuciones de valores positivos y negativos para la inferiorización de una raza en relación a otra, se vuelve comprensivo la perpetuación del racismo en acciones concretas de discriminación racial que involucra múltiples violencias expresadas en guerras, genocidios, persecución religiosa, desigualdad racial y de género. Lo que eran consideradas voces silenciadas y cuerpos estigmatizados por el racismo y el sexismo se convierten en acciones políticas de enfrentamiento las opresiones demostrando la eficacia de las discusiones de reconocimiento entrelazadas por un movimiento organizativo para ennegrecer las pautas del Feminismo. Este fenómeno incorpora las dimensiones de la política y de la intelectualidad teórica en Brasil y América Latina al tratar las discusiones de igualdad de género bajo el prisma de referencias teóricas críticas que realizan análisis de las dinámicas sociales sin caer en los esquemas binarios de heteronormatividad o en las trampas de las cuestiones identitarias e individuales.*

**Palabras clave:** Feminismo negro. Opresiones de clase. Gênero.

## **Abstract**

*The article deals with a general overview of the history of feminism in Brazil and particularizes the emergence of black feminism from the history of feminist and black social movements in an attempt to apprehend the theoretical currents, which direct the readings and political actions of men and especially of women who fight against racism and oppressions of gender and social class. In dealing with feminist theories and black feminism, it is pertinent to set the oppressive and discriminatory format of capitalist societies, in which the phenotypes are used to justify attributions of positive and negative values for the inferiorization of one race to another, it becomes understandable the perpetuation of racism in concrete actions of racial discrimination involving multiple violence expressed in wars, genocide, religious persecution, racial and gender inequality. What was considered silenced voices and bodies stigmatized by racism and sexism became political actions of coping with oppression, demonstrating the effectiveness of the discussions of recognition intertwined by an organizational move to blacken the guidelines of Feminism. This phenomenon incorporates the dimensions of theoretical politics and intellectuality in Brazil and Latin America by treating the discussions of gender equality under the prism of critical theoretical references that perform analyses of social dynamics, without falling into the binary schemes of heteronormativity or in the pitfalls of identity and individual issues.*

**Keywords:** *Black feminism. Class oppressions. Gender.*

## **INTRODUÇÃO**

Ao iniciar uma discussão sobre o feminismo negro no Brasil levou-se em conta os aspectos da formação sóciohistórica e a construção do conceito de raça, que nunca foi uma categoria utilizada para mobilizar uma identidade social entre a população negra brasileira e sim, empregada como tentativa de imprimir uma igualdade entre brancos e negros sedimentada na tese da democracia racial. As bases da referida tese estão assentadas na política de branqueamento instaurada

pelo Estado brasileiro no pós- abolição da escravidão em 1888 (GUIMARÃES, 2008).

O mito da democracia racial foi disseminado, principalmente, pelos estudos do cientista social Gilberto Freire ao postular que as relações raciais no Brasil foram forjadas no âmbito da democracia baseada na igualdade política e formal entre todos os indivíduos. Ao legitimar a igualdade racial na formação da sociedade e do povo brasileiro estabeleceu o entendimento que as relações sociais e sexuais entre as etnias eram harmônicas e necessárias ao desenvolvimento do país. A tese de Freire tem sido amplamente contestada, principalmente por autores da vertente crítica, como Florestan Fernandes e Otavio Ianni. Esses autores desconstruíram as bases teóricas da tese ao aliar a mesma a uma atitude perversa da burguesia nacional em construir uma ideologia de relações harmônicas entre as classes e no seu interior entre os grupos raciais, e afastar a questão racial do processo de consolidação do capitalismo brasileiro.

Em seus estudos, Martins (2014) destaca que o racismo brasileiro é caudatário da construção social de “raça”, conceito esse que foi utilizado para “legitimar a dominação de classe sobre os (as) diferentes: aqueles (as) que não eram brancos (as), europeus (europeias), colonizadores (as), donos (as) do poder” (LUCENA, 2010, apud MARTINS, 2014). Portanto, “raça” serviu e serve à opressão e à espoliação, nessa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido se desvinculado dos processos e das estruturas econômicas e políticas subjacentes as relações sociais. (MARTINS, 2014, p. 11).

A crença na existência de raças e suas hierarquizações, fundada numa ideologia de dominação, tende a aprofundar os preconceitos raciais a partir de uma análise com o enfoque na perspectiva de gênero, principalmente nas sociedades cujas estruturas sociais foram marcadas por séculos de escravidão e que formataram papéis sociais para as mulheres negras. Esses papéis foram polarizados entre corpos hipersexualizados, como a mulata, e a preta velha considerada como “mamy”, a

cuidadora dos filhos que não eram seus. Este último simbolizava, através dos seus seios fartos, o afeto e a maternidade, mesmo sendo uma obrigação em cuidar das necessidades dos demais, em particular dos mais poderosos. (HOOKS, 1995 apud MOREIRA, 2011).

A reprodução do racismo estrutural inunda as dimensões das singularidades da construção social do que é se tornar mulher na sociedade em que imperaram o sistema de colonialismo, e para as mulheres negras os estereótipos acima descritos eram as únicas possibilidades para suas vidas. É a partir do movimento feminista que as mulheres negras organizadas questionam as generalizações das pautas de reivindicações e coadunam com o discurso “Aint’I a Womam?”<sup>2</sup> proferido pela abolicionista Sojourner Truth, em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron Ohio/E.U.A., ao problematizar seu lugar na sociedade enquanto mulher negra escravizada.

Connell (2015, p. 126) vai destacar que “o colonialismo teve um impacto massivo e quase sempre altamente destrutivo nas ordens de gênero das sociedades colonizadas. As populações de colonos também precisavam negociar mudanças em seu modo de vida.”, a perversidade do sistema colonial resulta na negação da mulher negra enquanto ser social. A partir de uma leitura crítica sobre o histórico das discussões de gênero entrelaçadas com classe e raça é que o discurso de Sojourner Truth será resgatado e fará sentido no interior do feminismo negro.

Será apenas na Segunda fase do Feminismo, em que a normatização da sexualidade passa a ser encarado como um produto histórico das relações de poder entre homens e mulheres, que o feminismo negro desponta no cenário brasileiro, ao acompanhar as discussões das feministas norte-americanas que pautaram as teorias de gênero e aprofundaram as particularidades da mulher negra num contexto de cruzamento dos marcadores sociais de raça, classe e gênero.

---

<sup>2</sup> “E eu não sou uma mulher?”

## O Movimento Feminista no Brasil e o despontar do Feminismo Negro

No Brasil o direito político de votar e ser votada só será exercido pelas mulheres em 1932, com a luta de um grupo de feministas sufragistas brasileiras que lutaram com indignação e constataram na prática as degradantes desigualdades provocadas pela heteronormatividade na sociedade brasileira. Mesmo com a luta isolada de mulheres, oriundas de famílias ricas escravagistas ou comerciantes, com formação acadêmica e inserção no mundo das artes através da literatura, do teatro e da música, nomes como o de Bertha Lutz (1884 - 1976), Almerinda Farias Gama (1899 - 1992), Carmem Portinho (1903- 2001) , Maria Luisa Bittencourt (?), Josefina Álvares de Azevedo (1851 - ?), Jerônima Mesquita (1880 - 1972), Chiquinha Gonzaga (1847 - 1935), Natércia da Silveira (?). No cenário da Nova República brasileira, foi possível encontrar na historiografia as primeiras feministas negras eleitas pelo voto direto para representar as mulheres como Antonieta de Barros (1901-1952) de Santa Catarina, sendo a primeira deputada negra do Brasil. Ao longo dos anos e dos processos históricos de luta pela inserção da mulher na esfera política, este espaço se constituiu como palco para o protagonismo de mulheres negras que disputaram a pauta geral do feminismo.

Moreira (2011) chama a atenção para a roupagem liberal da fase sulfragista do movimento feminista brasileiro, que desde o seu surgimento nos anos 20 do século passado até a década de 1960, período que antecede a ditadura militar no Brasil, as mulheres organizavam as lutas com objetividade voltada para a conquista da cidadania, do reconhecimento de que a não participação nas instâncias de decisão era resultado da sua condição de mulher imposta pelo patriarcado.

As críticas realizadas a primeira fase do feminismo brasileiro não dissoam das críticas gerais aos resultados das vitórias das mulheres no período sulfragista, mesmo com experiências exitosas no campo da política, em ter sempre mulheres na institucionalidade partidária, a legitimação

da heteronormatividade branca que reproduz relações de dominação nas esferas políticas, econômicas e socioculturais permanece até a atualidade e as particularidades das questões feministas negras só tomam relevância a partir do questionamento político das generalizações das lutas pautadas na realidade das mulheres brancas, oriundas das classes alta e média, ocidentalizadas e eurocêntricas.

As movimentações políticas da sociedade a partir de 1960 trouxeram para as correntes feministas questionamentos das características centrais da modernidade capitalista que a social-democracia tinha naturalizado até então: repressão sexual, sexismo e heteronormatividade; materialismo, cultura corporativa e a “ética do sucesso”; consumismo, burocracia e “controle social”. (Fraser, 2007, p. 295). O acordo entre o capital e trabalho, por meio do Welfare State, demonstrava os primeiros sinais de limitações e as críticas analisadas sob a perspectiva de gênero problematizaram o paternalismo do Estado do bem-estar social e a família burguesa, os feminismos expuseram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista. (ibdem)

No movimento feminista brasileiro em paralelo ao feminismo liberal surgia movimentos de mulheres operárias que se organizavam em torno da luta contra a opressão sexista exercida por patrões e alinhava as discussões do feminismo com a exploração da força de trabalho e à dominação sexual. Esse cenário de discussões é aprofundado em meio a conjuntura de reabertura política e democrática que marca as décadas posteriores a 1980. O feminismo de classe, como ficou conhecido a corrente teórica que embasava as ações políticas dos movimentos de mulheres, passou a concentrar feministas acadêmicas que se apropriam das demandas políticas e sociais das mulheres organizadas e tocam suas pesquisas teóricas sobre os temas que perpassam o cotidiano das opressões sexistas a

exemplo da violência doméstica<sup>3</sup> e familiar contra a mulher e desigualdade de gênero reproduzida no mercado de trabalho.

Nesse intermédio temos as pesquisas de feministas acadêmicas como Safiotti que nos seus estudos “examinou a divisão sexual do trabalho nos diferentes setores da produção; as condições de trabalho das mulheres no campo; a estrutura do emprego doméstico etc. Na contramão dos que acreditavam que o desenvolvimento do capitalismo traria maior igualdade, demonstrou que as mulheres continuariam inseridas de forma precária neste sistema de produção.” (GONÇALVES, 2016). Os escritos de Safiotti são reconhecidos internacionalmente e enquadrados como um importante avanço teórico aos dilemas impostos ao feminismo na destruição do patriarcado. Segundo Connell (2015, p. 134) a publicação do livro “A mulher na sociedade de classes” por Safiotti trouxe “uma teorização marxista-feminista sofisticada sobre o sexo como forma de estratificação social e um balanço detalhado e embasado em estatísticas da divisão sexual do trabalho, da economia política da família e da educação das mulheres.”

Mesmo diante de uma análise crítica sobre o patriarcado e as reproduções de desigualdade de gênero, a postura do feminismo em defender um “projeto universal de mulher” revelou o formato racista do movimento sobre as particularidades das questões raciais que envolvem as mulheres negras na sociedade capitalista. Essa crítica tem exponencial reprodução com as feministas norte-americanas no limiar dos anos de 1970 e reverbera sobre o ocidente encontrando no Brasil terreno fértil para a contestação de que as “mulheres não são inferiores aos homens, mas não são iguais a eles e que a diferença, longe de representar uma desvantagem, contem potencial enriquecedor de crítica da cultura.”. (OLIVEIRA, 2004 apud MOREIRA, 2011).

---

<sup>3</sup> Somente em 2006 com a promulgação da Lei Maria da Penha é que teremos a amplitude de identificar as violências cometidas as mulheres, em seu artigo 7º temos a tipificação de cinco formas de violência, quais sejam: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral.



Bairros (1995) ao analisar teoricamente os feminismos trata de alargar o pensamento das feministas socialistas que ofereceram alternativas para explicar a interseção entre gênero, raça, classe e orientação sexual, mesmo mantendo a experiência de ser mulher como elemento universal para definir opressão sexista. Os demais marcadores sociais passam a formular a dupla ou tripla dimensão de opressão o que gerou margens para compreensões de que existem grupos mais ou menos discriminados e resultou na “incapacidade das correntes feministas de oferecer uma formulação que evidenciasse como somos todas e todos afetados pelo sexismo em suas diversas formas: homofobia, machismo e a misoginia” (BAIRROS, 1995). Ao atrelar sua análise de interseção entre os marcadores sociais, a autora usa o exemplo da percepção do homem como o provedor central da família, ou o que ocupa os melhores postos de trabalho ou ainda o iniciador das relações amorosas o que pode ser controvertida ao utilizar o racismo como elemento de reconfiguração do papel do homem negro na sociedade.

Como salientado no parágrafo anterior homens também vivenciam raça através de gênero, mas ao contrário das mulheres não percebem os efeitos opressivos do sexismo sobre sua própria condição. Daí tenderem a confundir o combate às desigualdades de gênero com antagonismo entre homens e mulheres ou com uma tentativa de acabar com privilégios da condição masculino que eu duvido possam ser desfrutados plenamente por homens negros numa sociedade racista. Até por isto o movimento negro um dos poucos espaços que se oferecem para a expressão plena de pessoas negras também é palco para o exercício de um sexismo que não poderia manifestar se em outras esferas da vida social especialmente aquelas dominadas por (homens) brancos. (BAIRROS, 1995, p. 461).

A citação acima de Bairros coaduna com a tese defendida por Carneiro (2003) de que o racismo rebaixa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros negros considerados subalternos, "a variável racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a identidade feminina estigmatizada (mulheres negras), tanto nas masculinidades subalternizadas (homens negros) com prestígio inferior ao gênero feminino do grupo racialmente dominante."(Carneiro, 2003, p. 119). É com essas demarcações que entramos nos principais apontamentos históricos do feminismo negro brasileiro, que conta com a resistência de mulheres negras de diversas gerações e camadas sociais.

O surgimento do movimento feminista negro no Brasil, como já foi acima citado tem sua demarcação histórica no final da década de 70 e ao curso dos anos 80 acontece de forma paralela a reorganização dos movimentos sociais que reivindicam o fim do racismo e da discriminação contra a população negra na reabertura democrática com a derrota de 21 anos de ditadura militar. O ressurgimento do movimento negro no Brasil deu-se por volta dos anos de 1970 do século XX, a partir da movimentação da sociedade civil organizada contra a ditadura e na reivindicação pela volta da democracia. Segundo Neves (2005) em meio aos processos de mobilização dos movimentos negros deve-se pautar a discussão do reconhecimento e da redistribuição no interior da questão racial no Brasil.

As discussões sobre o reconhecimento foram propostas pelas entidades negras no seu processo de reorganização ainda na década de 1960 ao utilizar o debate da identidade e do reconhecimento como recursos para mobilização. (Neves, 2005). As teorias do reconhecimento estão ligadas ao processo histórico da modernidade em que seus pilares são constituídos pela liberdade e igualdade. Nos sistemas liberais democratas essas duas vertentes foram transmutadas em igualitarismo liberal e a grande bandeira de reivindicação pela liberdade

passou a mover os movimentos sociais negros no século XIX e XX pelo reconhecimento da cidadania e da justiça social das classes populares. Fraser (2002) sugere que as lutas feministas não devam demonstrar desatenção às lutas sociais, a autora sugere que haja uma articulação entre as políticas de redistribuição e as políticas de gênero já que “questões distributivas e lutas de reconhecimento envolvem questões como diferença, identidade e representação.”.

Seguindo as discussões de reconhecimento e identidade entre os anos de 1985 a 1995 diversos encontros nacionais e regionais reuniram mulheres negras organizadas em uma pluralidade de movimentos sociais (partidários, classistas e da sociedade civil organizada) fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e seus pontos de tensão acerca das demandas étnico-racial e de gênero que assolava o cotidiano das mulheres brasileiras (MOREIRA, 2011). Será no interior do Movimento Negro que surgiram as inquietações sobre a secundarização da mulher no protagonismo das lutas antirraciais e a necessidade de uma construção identidade negra em uma sociedade marcada pelo mito da democracia racial.

A questão da formação de uma identidade da mulher negra e feminista se tornou uma pauta prioritária no processo de organização, pois, além de lutar contra os estereótipos vinculados ao corpo feminino negro, pulverizado pelos papéis de mulata ou de “mamy” em decorrência do que foi ideologicamente demarcado, travava batalhas internas no movimento feminista ao banalizar as demandas cotidianas dessas mulheres. Bairros (2008) destaca a seguinte questão,

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são

trabalhadas na perspectiva da recriação constante de mecanismos de discriminação racial. (BAIRRO, 2008, apud MOREIRA, 2011, p. 67).

Um ponto de tensão que o feminismo negro trabalhou no interior de suas organizações foi tornar a pauta feminista compreensível para as mulheres negras, tendo em vista que as conquistas dos movimentos feministas na esfera da produção em relação ao mercado de trabalho, no que diz respeito à profissionalização, a condições salariais os tipos de empregos e vínculos laborais. As pesquisas realizadas por feministas acadêmicas reforçam a necessidade de análises interseccionais entre gênero, classe e raça, ao observar às taxas de emprego é possível identificar que a ocupação da população negra nos ramos de atividades está relacionada às funções de menor prestígio social como os serviços domésticos, a construção civil, na indústria têxtil e nos serviços de limpeza. Martins (2012) destaca que,

(...) embora os trabalhadores sejam afetados de um modo geral pela realidade de precarização e informalidade nas relações de trabalho são os grupos que historicamente se encontravam em desvantagem social que se inserem em maior proporção nas ocupações/trabalhos precários e informais. Daí porque (entre 1995 a 2006) na condição assalariada com carteira assinada havia uma presença maior de trabalhadores brancos (36,8%) do que entre pretos e pardos (28,5%); entre os homens brancos (39,8%) do que pretos e pardos (33%); e entre as brancas (33%) do que as pretas e pardas (22%). (MARTINS, 2012, p. 463)

As diferenças étnico-raciais perpassam as diversas esferas que compõem a sociedade inclusive na dimensão do trabalho, se os dados acima citados demonstram uma desigualdade na inserção dos negros em ocupações formais, ao analisarmos os dados estatísticos com relação ao desemprego o traço do preconceito racial se torna mais emblemático. Martins (2012) destaca que em 1995 o número de pretos e pardos correspondia

a 48,6% do total dos desocupados, sendo que desse universo 25,3% eram homens e 23,3% eram mulheres; em 2006 esse quantitativo aumenta para 54,1%, sendo 23,9% de homens e 30,8% de mulheres pretas e pardas.

Mais uma vez é possível concordar com Carneiro (2003, p. 119) ao afirmar que a variável racial produz gêneros subalternizados e para as mulheres negras “atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais encontram-se abaixo das mulheres brancas.”.

A incorporação do feminismo das discussões sobre exploração da força-de-trabalho feminino, nas esferas privada e pública, fruto de uma construção teórica no referencial crítico requer também aprofundamento do debate de gênero, reprodução e sexualidade, na teoria da Interseccionalidade propagada pela advogada norte-americana Kimberlé Crenshaw, o conceito sociológico vai estudar as interações nas vidas das pessoas negras inseridas nos grupos denominados de “minorias” entre diversas estruturas de poder e segue como uma consequência de diferentes formas de dominação e/ou discriminação.

Segundo Hirata (2014) a problemática da interseccionalidade foi desenvolvida num quadro de interdisciplinaridade que focaliza sobretudo os marcadores sociais de raça e gênero que aborda de forma periférica as questões envolvendo classe e sexualidade. Ou seja, “a interseccionalidade é uma proposta para levar em conta as múltiplas fontes de identidades embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante de identidades.” (HIRATA, 2014, p. 62).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar sobre as teorias feministas e o feminismo negro brasileiro é pertinente pautar o formato opressor e discriminatório nas sociedades capitalistas, em que os fenótipos são utilizados para justificar atribuições de valores positivos e negativos para a inferiorização de uma raça em relação a outra, se torna compreensivo que o racismo se perpetue em ações concretas de discriminação racial envolvendo múltiplas violências expressas em guerras, genocídios, perseguição religiosa, desigualdade racial e de gênero.

O que eram consideradas vozes silenciadas e corpos estigmatizados pelo racismo e sexismo se tornam ações políticas de enfrentamento as opressões raciais e de gênero demonstrando a eficácia das discussões de reconhecimento entrelaçadas por uma movimentação organizativa de Enegrecer o Feminismo. Esse fenômeno incorpora as dimensões da política e da intelectualidade teórica no Brasil e na América Latina ao tratar as discussões de igualdade de gênero sob o prisma de referências teóricas críticas que realizam análises das dinâmicas sociais sem cair nos esquemas binários de heteronormatividade ou nas armadilhas das questões identitárias e sua subjetividade individual.

Para nós negros é necessário enfrentar esta questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo a crença na dominação construído com base em noções de inferioridade e superioridade. (BAIRROS, 1995, p. 462)

Se tornou responsabilidade das teorias feministas aceitar e discutir que “gênero, classe e raça não são formas de opressões distintas e cumulativas, mas sim que o gênero é construído nas e através das diferenças de raça e de classe, e vice-versa.” (LOVELL, 2002, p. 314). Nas particularidades da sociedade brasileira se faz necessário apreender que as questões de gênero envolvem a superação do racismo, da homofobia e da misoginia.

## REFERÊNCIAS

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, v. 95, n. 2, p. 458-463, 1995.

BAIROS, L. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/NEIM, 2008.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 118-132, 2003.

CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução e revisão técnica de Marília Moschokovich. São Paulo: Versos, 2015.

FRASER, N. (2007). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. – São Paulo: Cortez, 2008.

HOOKS, B. *Intelectuais Negras*. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

LOVELL, T. Teoria Social Feminista. In: BRYAN S. T. (ed.). *Teoria Social* (pp. 313-346). Lisboa: Difel, 2002.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serviço Social e Sociedade*, v. 111, p. 450-467, jul./set, 2012.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. *Revista Inscrita*, n. 14, p. 11-17, 2013.

MOREIRA, N.R. (2011). *A Organização das Feministas Negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

NEVES, P. S. C. Luta anti-racista: entre o reconhecimento e a redistribuição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 81-96, outubro/2005.

VASCONCELOS, Pedro. Categorização, Identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação. In: Ana Paula Marques et al. (coord.), *Formas Identitárias e Modernidade Tardia* (pp. 51-70). Braga:ICS – UM, 2014.